

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Beka Munduruku

Indígenas protestam contra a Ferrogrão

O agro é pop. Mas indígenas conseguem conter Ferrogrão

Na quinta-feira (30), comentávamos, aqui no Correio Político, as dificuldades do PT em se adaptar às mudanças do país e do mundo, e como isso acabou complicando a vida do partido e da esquerda nas eleições municipais. Mas a complexidade dos tempos revela surpresas. Hoje, o comando da área de infraestrutura do governo está totalmente na mão dos

seus aliados mais conservadores. E o agronegócio tem força enorme, seja no próprio governo seja especialmente dentro do Congresso e na sociedade. O agro é pop, como diz a propaganda. Mas, por incrível que pareça, a despeito dessa força, há quase dez anos, desde o governo Michel Temer, os indígenas têm conseguido conter o avanço da Ferrogrão.

OIT

Muito provavelmente, um ponto que protege os indígenas é o fato de o Brasil ser signatário da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina que os povos originários precisam ser consultados sobre situações que afetem as áreas que ocupam.

Contida

O fato é que, a partir disso, os advogados dos Kayapós têm conseguido conter a construção da ferrovia. Apesar de ela constar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ser prioridade da pasta dos Transportes e considerada fundamental para o agronegócio.



Valter Campanato/Agência Brasil

Posição de Guajajara: "No tempo dos indígenas"

Documento de Guajajara mostra a queda de braço

Um novo capítulo dessa queda de braço acontece agora. O Correio Político teve acesso a uma longa nota técnica do Ministério dos Povos Indígenas, da ministra Sônia Guajajara, sobre a Ferrogrão. Para tentar resolver o litígio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, estabeleceu um grupo de

conciliação unindo as partes interessadas em torno da ferrovia. Criou-se, então, um grupo de trabalho para discutir o tema. Em julho, os representantes dos indígenas romperam com o grupo. Agora, a nota assinada pela equipe técnica de Guajajara sugere a retomada das negociações, apontando "sugestões preliminares".

MP

O começo do rolo em torno da ferrovia foi uma Medida Provisória no governo Temer que ampliou a faixa na lateral da BR-163, avançando por 466 hectares do Parque Nacional do Jamanxim, onde vivem os Kayapós e outros povos. A MP motivou a ação, com base na OIT.

Consulta

Se os indígenas têm de ser consultados, a nota técnica encaminhada do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários ajuda nessa consulta. "Grandes obras aportam com um pacote (...) que influencia na vulnerabilidade desses povos", diz ela.

Realidades

"Esses empreendimentos, incluindo seus programas de mitigação e compensação, realizados geralmente sem o cuidado da contratação de indigenistas experientes (...) são capazes de desestruturar comunidades centenárias em curto espaço de tempo", afirma o estudo.

Tempo

A proposta do corpo técnico de Guajajara, então, pede, ao final, que seja respeitado "o tempo próprio de cada povo". Ou seja, recomenda cautela e pouca pressa. O agro é pop, a infraestrutura está com os conservadores. Mas as minorias têm seus instrumentos.

União abre delegação para apoiar Hugo Motta

Elmar Nascimento e Antonio Brito (PSD) seguem na disputa

Por Gabriela Gallo

Em meio às negociações para as eleições do Congresso Nacional, as movimentações na Câmara dos Deputados seguem aceleradas. O líder do Republicanos na Casa, deputado Hugo Motta (PB) continua sendo o favorito da disputa, com uma ampla vantagem de aliados em comparação a seus adversários. Após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), oficializar seu apoio ao candidato, o paraibano acumula o apoio dos partidos Republicanos, PP, PL, Podemos, PT e MDB. Além delas, nesta quinta-feira (31) as bancadas do PV e PCdoB decidiram acompanhar a posição do PT. Somando as bancadas que declararam apoio até agora, Motta acumula mais de 300 votos encaminhados.

Mas a reviravolta na disputa é que, também nesta quinta-feira, a direção nacional do União Brasil desistiu da candidatura de seu representante no cargo, Elmar Nascimento (BA). Temendo ficar de fora de importantes negociações caso Motta seja eleito presidente da Câmara, a executiva da sigla decidiu criar uma "delegação" para negociar o provável apoio ao candidato do Republicanos.

Com essa decisão, o União Brasil desfaz a aliança que formou com o PSD. Antes do Republicanos oficializar a candidatura de Hugo Motta, quando o candidato ganhou protagonismo entre os parlamentares, as bancadas do PSD e do União Brasil se uniram para tentar derrubar Motta. Inicialmente, estava previsto que os candidatos Antonio Brito (PSD-BA) e Elmar Nascimento se apoiassem mutuamente, cedendo o lugar para quem parecesse mais forte no mês da sucessão, em fevereiro de 2025.



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Apesar de posição de partido, Elmar Nascimento segue candidato

Adversários

Porém, o próprio Elmar Nascimento negou desistir de sua candidatura. Questionado pela imprensa, o candidato confirmou que o União Brasil abrirá negociação com Hugo Motta, mas destacou que ele se mantém candidato até o fim das conversas, que serão conduzidas por ele, pelo presidente da sigla, Antonio Rueda, e o vice do partido, ACM Neto. O parlamentar também conversará com Antonio Britto; o presidente nacional do PSD, Gilberto Kasab; e o próprio Motta.

"Não tenho resistência em desistir nem continuar. Minha candidatura não é minha. Nunca tratei no pessoal. É nossa, é do meu partido e dos partidos que me apoiaram. Isso tem que ficar submetido a uma avaliação deles. [A decisão de criar uma delegação] significa um voto de confiança da bancada de ter mais uma reunião, de nós três, de tomar uma decisão em nome da bancada", destacou o parlamentar.

O líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), também disse que segue na disputa pela presidência da Casa. Nesta segunda-feira (4), a bancada do PSD deve se reunir para definir a continuidade da candidatura de Antonio Britto.

Com a vantagem do candidato do Republicanos, Arthur Lira vem negociando com deputados do PSD para tentar convencer o partido a recuar da disputa e retirar a candidatura de Brito. Em troca, Lira tentaria ajudar Brito a assumir um ministério no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas não citou qual pasta. As informações são do O Globo.

Senado

Na outra ponta do Congresso Nacional, os senadores também seguem nas articulações internas sobre quem assumirá o lugar de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na principal cadeira da Mesa Diretora do Senado. Nesta quinta-feira (31), a senadora

Eliziane Gama (PSD-MA) disse que será candidata na disputa à presidência da Casa.

Na próxima terça-feira (5), às 14h, a bancada do PSD – que é a maior bancada do Senado, com 15 parlamentares – se reunirá para alinhar a sucessão de Pacheco. Isso porque, além de Eliziane, nos bastidores o atual líder do governo no Senado, senador Otto Alencar (PSD-BA), também manifesta interesse em se candidatar. Rodrigo Pacheco, por outro lado, sinaliza apoio ao candidato Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Enquanto o PSD define sua estratégia para disputar a presidência do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) é o favorito para assumir o comando da Casa em 2025. O senador já acumula o apoio do União Brasil, PL, PP, PSB e PDT. As bancadas somam 35 senadores, mas como o voto é secreto e individual, o apoio não garante a adesão automática dos integrantes.

Mário Agra/Câmara dos Deputados

Câmara recebe segundo projeto sobre emendas

Por Gabriela Gallo

Enquanto seguem as discussões acerca de novas regras para as emendas parlamentares, em especial as emendas de transferência especial (conhecidas como emendas pix), o deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT-MA) apresentou o projeto de lei complementar (PLP) nº 175/24 que regulamenta a apresentação e a execução de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA). O projeto foi protocolado à Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (31) e aguarda a definição de um relator para a medida. O texto será despachado para análise das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e, quando aprovado, seguirá para votação no Plenário da Casa.

"O nosso [projeto] foi fruto de um grupo de trabalho que tinha Câmara, Senado, Casa Civil, AGU [Advocacia-Geral da União] e debatemos com o próprio Supremo Tribunal Federal para regulamentar a matéria. Eu apresentei porque eu participei dessa reunião do grupo de trabalho", contou ao Correio da Manhã o deputado Rubens Pereira Júnior.

Dentre os destaques do projeto

estão o limite de crescimento do montante das emendas parlamentares à LOA, "visando harmonizar a expansão dessas despesas com a sistemática regida pelo Novo Arcabouço Fiscal".

Em relação às emendas de bancada, o texto determina que elas somente poderão destinar recursos a projetos e ações estruturantes, proibindo a individualização de ações e projetos de indicações de parlamentares individualmente. Além disso, as indicações serão de responsabilidade da bancada estadual, mediante registro em ata, voltada para políticas públicas.

Os órgãos executores das políticas públicas terão 30 dias para publicar portarias com os projetos estruturantes que poderão entrar ainda nas emendas previstas para o orçamento de 2025.

As ações estruturantes envolvem educação, saneamento, habitação, saúde, adaptação às mudanças climáticas, transporte, dentre outros.

As bancadas terão um limite de: oito emendas para os estados com até 5 milhões de habitantes, seis emendas para os estados entre 5 milhões e 10 milhões de habitantes e quatro emendas para os estados com mais 10 milhões de habitantes.



Projeto foi protocolado por deputado Rubens Pereira Jr

Senado

Enquanto a Câmara discutirá o PLP 175, o Senado discute o PLP 172/24, de autoria do relator do Orçamento para 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA). Nesta quarta-feira (30), o senador se reuniu com o ministro do STF Flávio Dino para alinharem as ideias das mudanças. Após o encontro, o senador destacou quatro pontos que o ministro do Supremo apresentou.

O primeiro se trata de destinar recursos das emendas de bancada apenas para o próprio estado. A medida visa evitar que um parlamentar de um estado mande emenda para outra unidade da federação que não seja de origem dele. Outro ponto que deve ser levado em consideração é impedir a destinação fragmentada das emendas de bancada para manter o foco nos projetos estruturantes.

O texto também ressalta que a fiscalização das emendas deve ser feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU). "Se o recurso é federal quem tem que fazer a fiscalização e julgar contas dessa emenda é o Tribunal de Contas da União", afirmou Coronel.

Finalmente, o último ponto é unificar as plataformas de divulgação de dados orçamentários. "Existem algumas plataformas de transparência separadas, e a ideia é que se junte essas plataformas para quando qualquer membro da sociedade brasileira possa acessar para ver se o seu município recebeu [emendas] e quem colocou", destacou o senador.

"Se o Orçamento não for votado, vai prejudicar o povo brasileiro, vai prejudicar as instituições, então nós estamos aqui realmente querendo celeridade", declarou o senador.